

**CONFLITO DE COMPETÊNCIA Nº 169.682 - MG (2019/0355435-7)**

**RELATOR** : **MINISTRO MOURA RIBEIRO**  
**SUSCITANTE** : TRANSAT TELECOMUNICACOES VIA SATELITE EIRELI  
**ADVOGADOS** : PAULO EDUARDO FERREIRA BONATO - SP305195  
SÉRGIO SANTOS DO NASCIMENTO - SP305211  
PEDRO REZENDE MARINHO NUNES - SP342373  
GUILHERME PIZZOTTI MENDES COLETTI DOS SANTOS -  
SP375475  
MARCOS LUIZ DOS MARES GUIA NETO - MG177682  
**SUSCITADO** : JUÍZO DE DIREITO DA 2ª VARA EMPRESARIAL DE BELO  
HORIZONTE - MG  
**SUSCITANTE** : JUÍZO DA 12ª VARA DO TRABALHO DE BELO HORIZONTE - MG  
**INTERES.** : CLENILSON DUTRA  
**ADVOGADOS** : MÁRCIA ÉLEN CAMBRAIA ITABORAHY LOTT - MG099419  
JULIANA ITABORAHY LOTT - MG141194  
RODRIGO ITABORAHY LOTT - MG173234

**DECISÃO**

Este conflito de competência foi ajuizado por TRANSAT TELECOMUNICAÇÕES VIA SATELITE - EIRELI (TRANSAT), tendo como suscitados o Juízo de Direito da 2ª Vara Empresarial de Belo Horizonte/MG e o Juízo da 12ª Vara do Trabalho de Belo Horizonte/MG.

De acordo com a inicial, o grupo empresarial PROBANK apresentou ao juízo cível plano de recuperação cujo processamento foi autorizado e teve sua falência decretada aos 11/9/2013.

No presente conflito se aduziu que, *no curso do processo de falência, o seu administrador judicial apresentou, em 31.10.2018, pedido de extensão dos efeitos da falência contra a empresa TRANSAT*, que foi deferido e aguarda decisão acerca de agravo de instrumento interposto (e-STJ, fl. 6).

Sucedee, no entanto, que na Justiça do Trabalho credores trabalhistas arguíram a existência de sucessão empresarial entre o grupo PROBANK e a TRANSAT

O Juízo da 12ª Vara do Trabalho de Belo Horizonte/MG houve por bem acolher pedido formulado por credor trabalhista e incluiu a TRANSAT no polo passivo da execução além de ter determinado o pagamento/garantia da execução.

A TRANSAT alegou que o Juízo Laboral não possui essa competência, razão pela qual postulou a concessão de medida liminar para que sejam suspensos os atos praticados pela Justiça do Trabalho e fixada a competência do Juízo Cível para deliberar

acerca de matéria relacionada a sucessão empresarial.

Este, em síntese, o relatório.

DECIDO O PEDIDO LIMINAR.

De acordo com a jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça, uma vez aprovado o plano de recuperação judicial, é do juízo que o aprovou a competência para todas as medidas de constrição e de venda de bens do patrimônio da empresa que estejam sujeitos ao respectivo plano.

Eis alguns precedentes:

*AGRAVO REGIMENTAL NO CONFLITO DE COMPETÊNCIA. EXECUÇÃO FISCAL E RECUPERAÇÃO JUDICIAL. COMPETÊNCIA DO JUÍZO UNIVERSAL.*

*1. O juízo onde se processa a recuperação judicial é o competente para julgar as causas em que estejam envolvidos interesses e bens de empresas recuperandas.*

*2. O deferimento da recuperação judicial não suspende a execução fiscal, mas os atos de execução devem-se submeter ao juízo universal.*

*3. A Lei n. 11.101/2005 visa a preservação da empresa, sua função social e o estímulo à atividade econômica, a teor de seu art. 47.*

*4. Agravo regimental a que se nega provimento.*

(AgRg no CC nº 119.203, Ministro ANTONIO CARLOS FERREIRA, DJe de 3/4/2014 - sem destaque no original).

*PROCESSO CIVIL. AGRAVO REGIMENTAL. CONFLITO POSITIVO DE COMPETÊNCIA. JUÍZOS DE DIREITO. RECUPERAÇÃO JUDICIAL. AÇÃO DE BUSCA E APREENSÃO. ART. 49, § 3º, DA LEI N. 11.101/2005. BENS ESSENCIAIS ÀS ATIVIDADES ECONÔMICO-PRODUTIVAS. PERMANÊNCIA COM A EMPRESA RECUPERANDA. ART. 6º, § 4º, DA LEI N. 11.101/2005. RETOMADA DAS EXECUÇÕES INDIVIDUAIS. AUSÊNCIA DE RAZOABILIDADE. COMPETÊNCIA DO JUÍZO DA RECUPERAÇÃO JUDICIAL.*

*1. Com a edição da Lei n. 11.101, de 2005, respeitadas as especificidades da falência e da recuperação judicial, é competente o respectivo Juízo para prosseguimento dos atos de execução, tais como alienação de ativos e pagamento de credores, que envolvam créditos apurados em outros órgãos judiciais, ainda que tenha ocorrido a constrição de bens do devedor.*

*2. Aplica-se a ressalva final contida no § 3º do art. 49 da Lei n. 11.101/2005 para efeito de permanência, com a empresa recuperanda, dos bens objeto da ação de busca e apreensão,*

# Superior Tribunal de Justiça

*quando se destinarem ao regular desenvolvimento das essenciais atividades econômico-produtivas.*

*3. No normal estágio da recuperação judicial, não é razoável a retomada das execuções individuais após o simples decurso do prazo legal de 180 dias de que trata o art. 6º, § 4º, da Lei n. 11.101/2005.*

*4. Agravo regimental desprovido.*

(AgRg no CC nº 126.629, Ministro JOÃO OTÁVIO DE NORONHA, DJe de 25/4/2014 - sem destaque no original).

De fato, este é o entendimento desta Corte.

Ocorre, todavia, que o caso possui particularidades.

A leitura da decisão proferida pelo Juízo Trabalhista revelou que a TRANSAT intimada para efetuar pagamento/garantia da execução, sob pena de penhora (e-STJ, fl. 266).

Ora, assim sendo, não se há falar em risco iminente de dano grave de difícil reparação.

Além disso, a propósito da decisão proferida pela Justiça do Trabalho, não se olvide o posicionamento adotado aqui neste Tribunal Superior de que o conflito de competência não se presta como sucedâneo recursal nem se constitui em meio hábil para atacar decisões de instâncias inferiores (AgRg no CC nº 126.947, Ministro RICARDO VILLAS BÔAS CUEVA, DJe de 14/4/2014).

Tanto é assim que foi determinada a solicitação de informações ao Juízo Trabalhista acerca de eventual irresignação, tendo a própria TRANSAT vindo ao autos noticiar que *não houve ainda a interposição de recurso contra a referida decisão* (e-STJ, fl. 407).

Sucedee, porém, que conflito de competência não é panacéia!

Ainda que assim não fosse, ao menos nos limites deste exame de urgência, vem à baila o entendimento de que não interfere na competência do juízo da recuperação o redirecionamento da execução trabalhista contra sociedade que não está abrangida pelo processo recuperacional (AgInt no CC nº 154.131, Ministro RICARDO VILLAS BOAS CUEVA, DJe de 17/5/2018; AgInt nos EDcl no CC nº 150.962, Ministro LÁZARO GUIMARÃES - Desembargador Convocado do TRF 5ª Região -, DJe de 30/10/2017; AgInt no CC nº 148.290, Ministra NANCY ANDRIGHI, DJe de 27/10/2017).

Nessas condições, INDEFIRO A LIMINAR.

Deixa-se de indicar juízo para decidir as medidas urgentes em razão da particularidade do caso.

Solicitem-se aos Juízos suscitados que prestem informações

# *Superior Tribunal de Justiça*

pormenorizadas, especialmente acerca do andamento das ações que lá tramitam.

Com elas, dê-se vista ao Ministério Público Federal.

Publique-se.

Brasília, 29 de novembro de 2019.

MINISTRO MOURA RIBEIRO

RELATOR